



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DO SUL**

**Lei Ordinária Nº4506/2025**

**Institui, no âmbito do Município de Rosário do Sul, o “Programa Municipal de Prevenção e Diagnóstico Precoce do Câncer de Mama e Saúde da Mulher – Outubro Rosa”, estabelece diretrizes, metas, ações permanentes e mecanismos de transparência, e dá outras providências.**

Excelentíssimo Senhor **MARCOS PAULO SILVA DA LUZ**, Prefeito Municipal, faço saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do Município de Rosário do Sul, o Programa Municipal de Prevenção e Diagnóstico Precoce do Câncer de Mama e Saúde da Mulher – Outubro Rosa, a ser executado de forma permanente, com intensificação das ações no mês de outubro de cada ano.

**Art. 2º** O Programa tem por finalidade:

- I** – ampliar o acesso a ações de promoção da saúde, prevenção, rastreamento, diagnóstico precoce e encaminhamento para tratamento do câncer de mama e, complementarmente, do câncer do colo do útero;
- II** – reduzir a mortalidade e a proporção de diagnósticos em estágios avançados;
- III** – promover educação em saúde e busca ativa de usuárias;
- IV** – integrar ações de saúde com políticas de assistência social e proteção aos direitos das mulheres;
- V** – monitorar e avaliar resultados por indicadores públicos e metas progressivas.

**Art. 3º** Para os fins desta Lei, considera-se público-alvo do Programa:

- I** – mulheres de todas as idades, com atenção prioritária às faixas etárias e grupos de risco aumentado;
- II** – pessoas transmasculinas e não binárias com tecido mamário;
- III** – outras usuárias/os identificadas/os clinicamente com indicação para investigação.

**Art. 4º** A execução observará, no que couber, o Sistema Único de Saúde, a Política Nacional de Atenção Oncológica, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a legislação correlata, respeitadas as competências municipais.

**CAPÍTULO II  
EIXOS, DIRETRIZES E AÇÕES MÍNIMAS**

**Art. 5º** O Programa estruturará, no mínimo, os seguintes eixos:



## **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DO SUL**

- I** – Prevenção e educação: campanhas permanentes e intensificadas em outubro;
- II** – Rastreamento e diagnóstico: oferta organizada e oportunística de exames;
- III** – Acesso ao tratamento e reabilitação: fluxos ágeis de regulação;
- IV** – Proteção integral: integração com assistência social e proteção às mulheres;
- V** – Gestão, monitoramento e transparência: indicadores, metas e relatório anual.

**Art. 6º** Constituem ações mínimas obrigatórias do Programa:

- I** – campanhas anuais de conscientização durante o mês de outubro, incluindo iluminação de prédios públicos, divulgação de materiais educativos e realização de mutirões de atendimento, sem prejuízo de ações ao longo de todo o ano;
- II** – oferta ampliada de exames, conforme protocolos vigentes, incluindo mamografia, ultrassonografia de mamas e exame citopatológico do colo do útero, com possibilidade de horários estendidos e agendas em finais de semana;
- III** – busca ativa de usuárias por Agentes Comunitários de Saúde, com agendamento assistido e lembretes (telefonias, SMS, e-mail ou outros meios), respeitada a LGPD;
- IV** – solicitação proativa de exames por profissionais da Atenção Primária sempre que houver indicação clínica, durante consultas ou atendimentos de rotina, assegurada a autonomia técnica;
- V** – priorização no acesso para grupos de maior risco (história familiar, mutações genéticas conhecidas, achados clínicos suspeitos, usuárias com sintomas);
- VI** – fluxo preferencial na regulação municipal para casos suspeitos, com prazo de até 30 dias para confirmação diagnóstica e início do tratamento em até 60 dias após diagnóstico, nos termos da legislação nacional;
- VII** – capacitação anual obrigatória dos profissionais da rede municipal sobre detecção precoce, encaminhamentos e acolhimento humanizado;
- VIII** – integração com a rede de assistência social e serviços especializados de proteção às mulheres, com protocolos de identificação de violência e encaminhamentos;
- IX** – disponibilização de apoio psicossocial às usuárias diagnosticadas e seus familiares, diretamente ou por meio de articulação com a rede existente;
- X** – oferta de informação qualificada sobre direitos das usuárias (reconstrução mamária quando indicada, transporte sanitário, benefícios assistenciais, entre outros).

**Art. 7º** Para ampliar o acesso, o Poder Executivo implementará ao menos uma das seguintes estratégias, sem prejuízo de outras:

- I** – Unidade Móvel de Saúde da Mulher, própria ou contratada, com itinerário público para atendimento em áreas de difícil acesso;
- II** – convênios e contratos com entidades públicas, filantrópicas, universitárias ou privadas para realização de exames, observada a legislação de compras públicas;

**Art. 8º** A Secretaria Municipal de Saúde manterá estoque programado de vagas para exames e consultas de mastologia/oncologia, inclusive com cota específica para casos suspeitos, garantindo tempo de espera compatível com os prazos do art. 6º, VI.

**Art. 9º** Os materiais e ações de comunicação observarão linguagem clara, inclusiva e acessível,



## **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DO SUL**

com versões em Libras e formatos acessíveis sempre que possível, e cuidado contra desinformação, vedadas mensagens discriminatórias.

### **CAPÍTULO III METAS, INDICADORES E TRANSPARÊNCIA**

**Art. 10.** Constituem indicadores mínimos do Programa, entre outros definidos em regulamento:

- I** – cobertura de mamografia na faixa etária-alvo definida em protocolo;
- II** – proporção de exames realizados dentro dos prazos do art. 6º, VI;
- III** – tempo médio entre a solicitação e a realização do exame;
- IV** – estágio clínico ao diagnóstico (proporção de estádios iniciais);
- V** – taxa de absenteísmo e reconvocação efetiva;
- VI** – número de usuárias capacitadas/orientadas e ações educativas realizadas.

**§ 1º** As metas serão progressivas, devendo o Município buscar, preferencialmente, cobertura de 60% em até 3 anos e 70% em até 5 anos na faixa etária definida em protocolo, respeitadas as diretrizes nacionais e a realidade local.

**§ 2º** Os indicadores deverão ser publicados trimestralmente em painel de transparência no sítio eletrônico oficial da Prefeitura, com dados agregados e anonimizados, observada a LGPD.

**Art. 11.** Até o mês de novembro de cada ano, o Executivo encaminhará à Câmara Municipal Relatório Anual do Outubro Rosa, contendo:

- I** – resultados por indicador e cumprimento de metas;
- II** – análise de gargalos e plano de melhoria contínua;
- III** – execução orçamentária e fontes de financiamento;
- IV** – propostas de ajustes para o exercício seguinte.

### **CAPÍTULO IV PROTEÇÃO DE DADOS E DIREITOS DAS USUÁRIAS**

**Art. 12.** O tratamento de dados pessoais observará a Lei Geral de Proteção de Dados, com hipótese legal apropriada, minimização de dados, segurança da informação e anonimização dos indicadores públicos.

**Art. 13.** É direito das usuárias receber informação adequada sobre riscos, benefícios e alternativas diagnósticas/terapêuticas, com consentimento livre e esclarecido quando exigido por normas técnicas.

### **CAPÍTULO V SERVIDORAS MUNICIPAIS E ENGAJAMENTO SOCIAL**

**Art. 14.** Fica assegurado às servidoras públicas municipais o direito à dispensa remunerada de



## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DO SUL

até 1 (um) dia por ano para realização de exames preventivos relacionados à saúde da mulher, mediante comprovação posterior, nos termos de regulamento.

**Parágrafo único.** A Administração poderá realizar, no mês de outubro, a Semana da Saúde da Servidora, com agendas facilitadas em parceria com a rede própria ou conveniada.

**Art. 15.** Fica instituído o Selo “Empresa Amiga da Saúde da Mulher”, destinado a reconhecer pessoas jurídicas estabelecidas no Município que adotem práticas de apoio à realização de exames preventivos por suas trabalhadoras durante o mês de outubro e ao longo do ano.

**§ 1º** O Selo será concedido anualmente pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme critérios objetivos definidos em regulamento.

**§ 2º** A concessão do Selo não gera quaisquer benefícios fiscais automáticos, podendo o Município promover reconhecimento público e incluir as empresas agraciadas em material institucional.

### CAPÍTULO VI GOVERNANÇA, FINANCIAMENTO E REGULAMENTAÇÃO

**Art. 16.** A Secretaria Municipal de Saúde é a responsável pela coordenação do Programa, podendo articular-se com outras pastas, conselhos municipais, instituições de ensino e entidades da sociedade civil.

**Art. 17.** O Poder Executivo poderá instituir Comitê Técnico-Consultivo para apoiar a implementação, composto por representantes da gestão, profissionais de saúde, controle social e entidades da sociedade civil com atuação na temática, sem remuneração aos membros.

**Art. 18.** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente, podendo ser suplementadas se necessário, observadas a Lei de Responsabilidade Fiscal, o PPA, a LDO e a LOA.

**Art. 19.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, definindo protocolos, metas anuais, itinerários da unidade móvel (se houver), critérios do Selo, fluxos assistenciais e instrumentos de monitoramento.

### CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

**Art. 20.** No prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação, o Executivo elaborará o Plano Municipal Outubro Rosa, contendo diagnóstico situacional, metas anuais e cronograma de implantação das ações previstas nesta Lei.

**Art. 21.** Esta Lei não cria cargos, funções, gratificações ou altera estrutura administrativa, limitando-se a estabelecer diretrizes, metas e ações mínimas no âmbito da política municipal de



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DO SUL**

saúde, preservadas as competências do Poder Executivo para organização dos serviços.

**Art. 22.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO DE ROSÁRIO DO SUL**, em 17 de novembro de 2025.

**MARCOS PAULO SILVA DA LUZ,  
PREFEITO MUNICIPAL.**

Registre-se e Publique-se.

**Nelson Rocha Rodrigues Junior,  
Secretário de Administração e Recursos Humanos.**